

XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)
GT 10: Informação e Memória

Comunicação Oral

COLÉGIO PEDRO II: A CONTRIBUIÇÃO DOS SÍMBOLOS NA FORMAÇÃO DE SUA MEMÓRIA COLETIVA

Tatyana Marques de Macedo Cardoso – UFRJ

1 INTRODUÇÃO

O Colégio Pedro II, criado quando a nacionalidade começava a crescer, é a casa da tradição e da história [...]. Aqui se reuniram as glórias do professorado em várias épocas[...] Tudo aqui é de um lado história, saudade, de outro, preito, justiça e confiança no Brasil [...] Sobre ele (o Colégio), em letras bem visíveis, gravadas pelo tempo, em nome da gratidão, sempre se lerá este nome: D. Pedro II. (Escragnolle Dória, 1997)

O Colégio Pedro II (CP II), fundado em 2 de dezembro de 1837, para ser o padrão do ensino secundário do Império no Município da Corte e modelo oficial para as províncias, constituiu-se como um dos atores do processo de construção da Nação. Localizado no Rio de Janeiro, constituiu-se, hoje, em uma autarquia federal do Ministério da Educação (MEC), cuja missão é ministrar ensino público e gratuito nos níveis fundamental e médio. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Colégio Pedro II (2002), a história do CP II confunde-se com a própria história da educação brasileira, especialmente no que diz respeito ao ensino público. Sua origem remonta à primeira metade do século XVIII, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, obra de caridade da antiga paróquia do mesmo nome, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Considerando a importância política, cultural, simbólica e histórica dessa instituição de ensino, o objetivo do presente trabalho é analisar, brevemente, através de três categorias distintas (memória, identidade e documento), alguns símbolos que contribuíram para a formação da memória coletiva do Colégio Pedro II uma vez que:

Os símbolos foram e são até hoje usados pelo homem em vários segmentos da sociedade. A importância do símbolo está em fazer com que aquele que faz uso torne-se conhecedor daquela importância e de seu significado para si e para seus pares, porque o símbolo é um recurso da memória (SOARES, 2005, p.20).

Será discutido, de forma geral, como essa instituição utiliza a memória coletiva para se legitimar, sendo a memória a consolidação dos valores fundantes da instituição. Trabalha-se com

a hipótese de que as instituições utilizam sistemas de símbolos, tais como linguagem, tecnologia, valores, crenças, normas e conhecimento para preservarem sua memória e, neste processo, sofrem influência e pressão da realidade sócio-histórica em que estão presentes. Faz-se necessário um estudo de história e de memória institucional, pois toda instituição tem uma história, que se constitui em elemento principal na formação de sua identidade coletiva. Esta história determinará o que lembrar e o que ensinar às futuras gerações que passarem por esta instituição e determinará, em última instância, que memória esta instituição preservará.

Para Mary Douglas (1998), duas características devem ser sempre atribuídas às instituições:

1. as instituições conferem identidade, a partir do momento em que homogeneízam alguns comportamentos comuns em seus membros e os fazem reconhecidos e identificados como parte de um grupo social específico;

2. as instituições lembram-se e se esquecem, a partir do momento em que tentam produzir uma identidade a ser transmitida e, portanto, memória oficial de sua coletividade. Os atos de relembrar ou de desprezar o vivido são plenamente institucionalizados, uma vez que a memória também pode ser utilizada como mecanismo de construção de legitimidade e identidade.

2 UM BREVE HISTÓRICO DO COLÉGIO PEDRO II

O Colégio Pedro II foi um marco do projeto nacional civilizador e um dos principais atores da história da educação no Brasil. Primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil, respondeu às necessidades político-culturais do Estado e da sociedade. Segundo Andrade (1999), o Colégio Pedro II, historicamente identificado como agência oficial de educação e cultura do Estado, criou uma cultura escolar própria. “A produção de uma cultura escolar própria correlacionada à sua natureza institucional singular foi legitimada pelo papel desempenhado pelo Colégio no projeto civilizador do Império, como instrumento de consolidação do Estado e construção da Nação” (ANDRADE, 1999, p.96).

Inaugurado com a presença do imperador, das princesas, suas irmãs, de todo o Ministério, do Regente e de outros dignitários do Império, o Colégio foi organizado segundo os padrões educacionais europeus, espelhando-se na estrutura do Collège Henri IV, de Paris.

Em 1857, foi dividido em duas seções: Externato e Internato. A criação do Internato teve como objetivo ampliar o número de vagas do Colégio, contribuindo para a necessária formação cultural dos representantes das elites regionais.

Em 1858, o Internato começou a funcionar na Chácara do Engenho Velho, na Rua São Francisco Xavier, próximo ao Largo da Segunda-Feira, na Tijuca. De lá, em 1888, transferiu-se para o Campo de São Cristóvão, onde se encontram, hoje, as modernas instalações da Direção-Geral e as Unidades Escolares de São Cristóvão. As antigas instalações de Internato foram destruídas por um incêndio em 1961 (COLÉGIO Pedro II, 2002).

Com a Proclamação da República, em 1889, o Colégio teve seu nome mudado. Passou a denominar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária, e, posteriormente, Ginásio Nacional (1890). Em 1911, voltou a ter seu glorioso nome de origem – Colégio Pedro II.

Durante a República Velha, viveu o Colégio um período de crise institucional, uma vez que sua identidade de "colégio padrão" de ensino foi "apagada" pelas sucessivas "equiparações" de colégios oficiais dos Estados ao Ginásio Nacional (COLÉGIO Pedro II, 2002).

O CP II caracterizou-se por ter sempre proporcionado ensino humanístico, sem prejuízo das disciplinas científicas. Seu corpo docente, integrado por professores renomados, como Joaquim Manoel de Macedo, Barão do Rio Branco, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Antenor Nascentes, Manuel Bandeira, Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha, Rocha Lima, Cândido Jucá e Evanildo Bechara, dentre tantos outros, esteve sempre em consonância com as melhores ideias produzidas no âmbito da educação sem, contudo, deixar-se influenciar por mudanças precoces que viessem a prejudicar a qualidade do ensino (COLÉGIO Pedro II, 2002).

Rever a história desta instituição federal de ensino é, de certa forma, estabelecer uma ponte entre passado e presente, aproveitando as lições que emanam dessa retrospectiva. Renovar estruturas para alcançar metas de eficiência no processo educacional representa uma de suas características significativas.

3 DAS BASES TEÓRICAS

Se nosso propósito é analisar alguns símbolos que contribuíram para a formação da memória coletiva do Colégio Pedro II, através de três categorias distintas (memória, documento e identidade), há que se explicitar as escolhas teóricas que instrumentalizarão o percurso.

O conceito de memória que alicerçará nossa reflexão se inspira nas formulações teóricas de Maurice Halbwachs (2006), já que esse autor observa, de forma sistemática, o aspecto social da memória. Até então, a memória era considerada um fenômeno individual e subjetivo. Ao considerar a memória coletiva como resultado da interação social entre os indivíduos, o autor insere essa memória nos processos sociais. Portanto, a memória não existe em si. Ela é fruto de um processo social. Sua ênfase é a de que memórias se formam e são renovadas devido a laços de solidariedade entre indivíduos, os quais são construídos através de elementos simbólicos comuns. Halbwachs mostrou como nós sempre necessitamos da memória de outras pessoas tanto para confirmar nossas próprias recordações, como para dar a elas legitimidade.

O conceito de identidade que será abordado no presente trabalho se aproxima da noção de identidade fragmentada, múltipla e cambiante que inaugura o pós-moderno e que é relatado por Stuart Hall (2003). Além dele, outros autores que tratam da mesma temática serão inseridos na discussão dessa categoria, contribuindo para o embasamento teórico da mesma.

No que diz respeito ao documento, iremos abordar Jacques Le Goff (2003), já que a memória coletiva, assim como a sua forma científica - a história, se aplicam a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos, que são materiais muito presentes na instituição estudada.

Outros autores que nos parecem úteis para o encaminhamento do estudo serão também utilizados, como, por exemplo, Pierre Nora (1993), já que este autor nos traz o conceito de “lugar de memória”, extremamente importante para o estudo em questão, já que para ser considerado um lugar de memória, este, segundo o autor, precisa ser separadamente e ao mesmo tempo material, simbólico e funcional, características muito presentes no Colégio Pedro II.

4 A CATEGORIA MEMÓRIA

A memória é um dos principais meios de formar uma identidade, isto é, uma configuração valorativa por meio da qual uma pessoa ou instituição faz-se reconhecida e única diante de seus pares. Pela memória, pensa-se o vivido para além do que ele foi nele mesmo, em direção a uma resignificação do que se passou a partir dos olhos do presente.

Memória é muitas vezes descrita como a capacidade de lembrar o passado. No entanto, esta simples definição contém diferentes significados, assim como cada um destes significados pode ser denominado por diferentes termos. Por "memória", podemos entender, por exemplo,

nossa capacidade de recitar um poema de cor, recordar fatos vivenciados no passado e aprender através deles. Estes aspectos cognitivos da memória, que durante muito tempo foram (e continuam sendo) estudados pela psicologia, pela filosofia e por outras áreas do conhecimento a partir da capacidade individual de lembrar, são associados, atualmente a aspectos sócio-culturais. Segundo Santos (2003), até mesmo os trabalhos estritamente biológicos sobre memória, que procuram localizar no cérebro áreas responsáveis pelo nosso lembrar, têm passado a considerar o fato de que não somos indivíduos isolados e que percebemos e compreendemos nosso mundo ao nos comunicarmos uns com os outros.

Maurice Halbwachs (2006), seguindo a sociologia Durkheimiana, defendeu a idéia básica de que a memória, por mais pessoal que pudesse parecer, era construída socialmente. Embora este seja um aspecto amplamente aceito nos estudos atuais de memória social, ele foi levantado numa época em que "memória" era considerada basicamente como capacidade mental de recordar e, portanto, objeto de estudo de filósofos, psicólogos e psicanalistas.

A memória, segundo Halbwachs, implica o ser social do homem. A singularidade do pensamento individual emerge dos entrecruzamentos das correntes do pensamento coletivo. A memória individual alimenta-se da memória coletiva e a memória autobiográfica insere-se na memória histórica. O ato de lembrar não é autônomo, mas enraizado no movimento interpessoal das instituições sociais – a família, a classe social, a escola, a profissão, a religião, o partido político etc. – a que o indivíduo pertence.

Nossas lembranças emergem em nosso contato com os outros ou originam-se de situações sociais (mesmo que estejamos sós).

O sociólogo tem o mérito, portanto, de ter sustentado a tese de que, mesmo que o indivíduo estivesse só, recordaria através de memórias que não seriam só suas. Indivíduos não se lembram por si mesmos e, para lembrarem, necessitam da memória coletiva, isto é, da memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos (SANTOS, 2003, p. 51).

Lembramos e esquecemos como membros de grupos e conforme os lugares que neles ocupamos ou deixamos de ocupar. Assim, Halbwachs (2006) relaciona a memória à participação em um grupo social (real ou imaginário), em uma comunidade afetiva, de forma que, quando nos lembramos, deslocamo-nos de um grupo a outro, em pensamento.

Halbwachs enfatizou que a memória é sempre constituída por grupos sociais e convenções comuns a todos, como a linguagem. A memória, para Halbwachs (2006), depende da linguagem, dos significados constituídos socialmente. Enfim, se a linguagem não existisse, não haveria

contato entre passado e presente. De acordo com o autor, o indivíduo recorda através da palavra, sendo a linguagem partilhada com os membros do seu grupo que lhe fornece as categorias através das quais se apreende e constrói a realidade.

É inegável, portanto, que não podemos separar a memória da linguagem. Foi ele quem primeiro afirmou que nenhuma lembrança pode existir sem a sociedade. Para o autor, não há lembranças que reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las a um grupo. “Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade” (HALBWACHS, 2006, p.72).

Le Goff (2003), em seu artigo intitulado *Memória*, cita o autor Pierre Janet, que considera o comportamento narrativo um ato mnemônico fundamental, visto que se caracteriza pela sua função social, “pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo” (p.421). Logo, este autor considera, assim como Halbwachs, a linguagem como fator fundamental das possibilidades de armazenamento, bem como, de ordenação das informações na nossa memória.

Memória não é só lembrança, não é busca da compreensão ou do entendimento do passado (essas são características históricas); memória é mais do que entender, construir, recordar. A memória não é, portanto, uma simples gravação de tudo o que vivemos, mas uma seleção das experiências. Logo, a memória é seletiva.

Cada um de nós carrega as suas lembranças, mas não estamos sós neste lembrar, ao contrário, estamos o tempo todo interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. A nossa memória está impregnada das memórias dos que nos cercam. Não é preciso que eles estejam presentes. A nossa memória e as maneiras como percebemos o mundo se constituem a partir desse emaranhado de experiências, tão diversas quanto os diferentes grupos com que nos relacionamos.

Poderíamos imaginar que, por se alimentar do passado, a memória seja estática. Porém, ela se modifica ao longo do tempo e se rearticula conforme a situação, as relações que se estabelecem. A memória é história viva e vivida, e permanece no tempo renovando-se. Para lembrar e para esquecer também estão em jogo elementos inconscientes como o afeto, a censura, entre outros. A memória não é uma simples gravação. Relaciona-se às emoções, às outras experiências vividas, aos valores e experiências dos grupos. Lembrar também se relaciona com o

coletivo. Dificilmente lembranças emergem fora das relações com os grupos e o interesse pela experiência do outro.

A respeito da memória, vários fatores contribuem para o seu caráter social: o processo de recordar é social; os pontos de referência que cada indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar informação são definidos socialmente e a memória individual não poderia funcionar sem conceitos, ideias, imagens e representações que são socialmente construídos e partilhados. Ou seja, a memória de cada indivíduo é social no seu conteúdo (fatos, personagens, etc.) e no seu processo (codificação, armazenamento e recuperação).

Jô Gondar (2005) formula quatro proposições acerca da memória social. A primeira revela que o conceito de memória é transdisciplinar.

A memória social, como objeto de pesquisa passível de ser conceituado, não pertence a nenhuma disciplina tradicionalmente existente, e nenhuma delas goza do privilégio de produzir o seu conceito. Esse conceito se encontra em construção a partir de novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas (GONDAR, 2005, p.15).

A transdisciplinaridade do conceito de memória social decorre, segundo Gondar (2005), pelo motivo deste não pertencer, em tese, a nenhum campo ou, como prefere dizer a autora, a nenhum *lote* específico e delimitado, mas está justamente no “atravessamento de disciplinas diversas”. E, mais do que multidisciplinar ou interdisciplinar, a memória social é um campo *trans*-disciplinar. Isso significa dizer que a pretensão não é relativizar as diferenças e propor um diálogo harmonioso, mas sim questionar esses domínios separados, através da transversalidade, que não tem por objetivo necessariamente um consenso último, mas o questionamento contínuo, “propondo novos discursos e novas práticas de pesquisa”. A segunda proposição revela que o conceito de memória social é ético e político.

Uma apresentação panorâmica e pretensamente imparcial sobre as diversas noções de memória social pode parecer aberta às diferenças, mas de fato encobre uma pretensão totalizante em que as diferenças se esvaem, pois se o conceito de memória social apresenta significações diferentes, isso não quer dizer que elas sejam equivalentes [...] O conceito de memória produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja. Seja qual for a escolha teórica em que nos situemos, estaremos comprometidos ética e politicamente (GONDAR, 2005, p. 16-17).

A terceira proposição coloca que a memória é uma construção processual, admitindo isso como um fato aceitável hoje. Isso porque a memória “não nos conduz a reconstituir o passado, mas sim a reconstruí-lo com base nas questões que nos fazemos, que fazemos a ele, questões que

dizem mais de nós mesmos, de nossa perspectiva presente, que do frescor dos acontecimentos passados” (GONDAR, 2005, p.18).

Essa concepção, no entanto, é contemporânea e segue os moldes modernos deste último século, pois o conceito de memória como a entendemos hoje é bem recente, datando, de acordo com Gondar (2005) do “[...] fim do século XIX”. É apenas nesse período, bastante recente na história do pensamento, que os homens admitiram que a memória é algo que eles mesmos constroem a partir de suas relações sociais.

Desta ideia, em que a memória é um processo, Gondar (2005) tira sua última proposição, que tem por objetivo questionar certos hábitos de pensamento que disseminam, por exemplo, a noção de memória como sinônimo de representação coletiva.

Assim como não se pode reduzir a passagem do tempo real, em suas ínfimas variações, à marcação dos ponteiros de um relógio, não se pode reduzir a permanente agitação das forças sociais ao encontro homogêneo de uma representação [...] Se reduzirmos a memória a um campo de representações, desprezamos as condições processuais de sua produção (GONDAR, 2005, p.23).

Desta citação é clara a intenção de demarcar como a memória não é apenas arquivo representativo de um povo, de um acontecimento, ou de uma cultura, mas sim admiti-la como parte da esfera social que é “viva, pulsante e em constante mudança”. Diante de tudo o que a memória abrange, a representação dela é apenas um fragmento, uma instância de uma trama muito mais complexa e abrangente. Tão ampla é a conceituação da memória que não podemos, segundo Gondar (2005), deixar de lembrar que dela fazem parte a invenção e a criação do novo, pois seu conceito é tão rico justamente por isso, por abarcar a mudança, a vivacidade.

Jacques Le Goff (2003) define memória não só como:

um fenômeno individual e psicológico, mas também ligado à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documento/monumento, faz escrever a história, acumular objetos. A apreensão da memória depende deste modo do ambiente social e político: trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo [...] (p.419).

Le Goff destaca o “valor da memória”, pois, através da evolução das sociedades, a memória coletiva teve um importante papel no desenvolvimento dos povos por meio da sua contribuição para a permanência e para a identidade dos grupos, como instrumento de utilização pelo poder para a seleção do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Assim, Le Goff diz que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o

passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (p.471).

Pierre Nora, em seu texto *Entre Memória e História: A problemática dos lugares*, procura analisar o que diferencia História de Memória. Para Pierre Nora (1993),

a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a construção sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas [...]. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (p. 3).

A história se diferencia da memória por seu aspecto de operação intelectual, onde se apresenta como uma representação problemática incompleta que não existe mais; já a memória possui o seu aspecto vivo.

O autor identifica como fator determinante a problemática fundamental da questão da mundialização, processo pelo qual o mundo se torna um só e no qual os meios de comunicação de massa exercem um papel primordial. Nora sugere um movimento de alteração do tempo, ou seja, a história passa a ser mais dinâmica, rápida, em que a duração do fato é a duração da notícia. O novo é que conduz as vidas, forjando a sensação de hegemonia do efêmero. Caracteriza esta situação em que o passado vai cedendo seu lugar para a ideia do eterno presente através do uso da expressão aceleração da história. Nesse momento, segurar traços e vestígios é a maneira de se opor ao efeito devastador e desintegrador da rapidez contemporânea. As palavras memória e história evocam o mesmo tempo – o passado. Nora realiza a construção de uma nova noção para se trabalhar na fronteira destas vivências: os lugares de memória. “Os lugares de memória são antes de tudo restos [...]. Eles nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (p.7). Segundo o autor, “mesmo um lugar de aparência puramente material, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (p.15). “O lugar de memória é um lugar duplo, um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, sobre sua identidade e recolhido sobre

seu nome, mas, constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993, p.21). São os lugares de memória que permitem que haja uma “cristalização da memória”. Nora fala que os locais de memória existem porque não há meios de memórias. Com isso esses lugares são escolhidos, elevados, ou mesmo eleitos, para que se reconheçam neles algum significado histórico. Assim, “a memória pendura-se em lugares, como a história em acontecimentos” (NORA, 1993, p.19).

Diante das proposições elaboradas pelos autores, a memória se articula àquilo que nos afeta, que nos surpreende. A partir do momento que se entende a memória como algo coletivo, como um esforço social que determina o que lembrar, constrói-se a possibilidade de ver na memória a formação de uma identidade grupal.

Na luta pela sobrevivência do Colégio e sua manutenção na esfera federal, a comunidade escolar reconstruiu a memória de seu passado de glórias, em um processo pedagógico de socialização das lembranças, o que levou à institucionalização da identidade do Colégio. Em lugar das reminiscências individuais, foi construída uma memória coletiva que emergiu da história do Colégio. Essa memória coletiva do Colégio Pedro II – definida como o sentimento de continuidade presente, porque só retém do passado aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém (HALBWACHS, 2006) – foi construída: a partir da pesquisa histórica que refez a trajetória legal do Colégio, através da criação de símbolos, de eventos comemorativos e através da geração de documentos, preservados até os dias atuais.

O Colégio Pedro II é, portanto, um “lugar de memória” na acepção de Pierre Nora constituída de inúmeros símbolos que sugerem os mais variados significados, e, contribuem, portanto, para expressar a memória coletiva da instituição.

Sendo assim, os símbolos da instituição fazem parte de uma cadeia de pertencimento e estabelecem laços de identidade, de vínculo com o Colégio. Eles transmitem lembranças que nos afetam e a partir disso, geram uma experiência singular e marcante em nossas vidas.

5 A CATEGORIA IDENTIDADE

A identidade é um resultado, um estado psicossocial que pode variar no tempo, ou seja, não é fixa e depende de seu ponto de definição, pois pode dizer respeito ao indivíduo, ao grupo e à sociedade em geral. [A identidade] permite experimentar um sentimento de singularidade, de unidade, de coerência, de filiação ou pertencimento, de valor, de autonomia e confiança, organizados em torno de uma vontade de existência (FREITAS, 1999, p.40).

Segundo Enne (2004), não podemos pensar a construção da identidade como algo puramente individual ou coletivo, mas como uma permanente negociação entre indivíduo e sociedade. E, principalmente, não podemos tomar tal construção como algo estático ou pronto, mas entendê-la como um processo permanente de interação e fluxos. Ou seja, não podemos falar, quando pensamos em tal processo de construção, de uma só identidade social, mas sim na configuração de *múltiplas identidades*, por vezes convergentes, em outras divergentes, mas sempre fluidas e movendo-se a partir de fronteiras interativas.

Se quisermos definir, *a priori*, a categoria identidade, denotativamente poderíamos utilizar a acepção dada pelo dicionário: “Qualidade de idêntico”. Assim, embora o mesmo dicionário também defina identidade como “conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc.”, a idéia inicial remete à perspectiva de se buscar algo em comum com o outro, e não somente aquilo que lhe é único. Portanto, se identidade remete a traços individuais, como os citados acima, naquilo que podemos chamar de identidade individual, em termos gerais, o que confere identidade a um indivíduo está atrelado à sua inserção social. Embora identidade, em sua matriz etimológica, seja referente a *idem*, tornar comum, o mesmo, idêntico, é preciso levar em conta que só se define *o mesmo* em relação *ao outro*. Identidade, portanto, é, de saída, uma categoria transitiva que implica relação de semelhança e concomitantemente de diferença. Nesse sentido, a construção da identidade, em termos sociais, que podemos entender aqui como a maneira pela qual me vejo e desejo ser visto pelos outros, nunca será puramente individual (pela própria matriz etimológica de indivíduo, aquele que é único, que não se divide), mas sim pensada em relação ao coletivo (GOFFMAN, 1978 *apud* ENNE, 2004). Identidade, portanto, na sua dimensão social, é um conceito que necessita do outro para ser referendado, ou seja, não se constrói identidade para si e por si. É preciso interagir para que ela faça sentido. Dessa forma, a ideia de identidade remete, necessariamente, aos *processos de interação* entre *indivíduos* numa *sociedade*.

A identidade constitui-se como um termo polissêmico; está relacionado tanto ao indivíduo num âmbito pessoal – cujos componentes são desvendados pela psicologia – e também às relações entre o indivíduo e a coletividade. Além da polissemia do termo, também salienta-se a transitoriedade dos processos identitários. São mutáveis, flexíveis e transformam-se conforme a época, o lugar.

De acordo com Giddens (2002 *apud* GRINGS, 2007), as questões relativas a maleabilidade da identidade são características de um momento histórico muito particular: a pós-modernidade, ou alta modernidade. Foi com o advento das tecnologias e da relativização das dimensões de tempo e espaço que as identidades dos sujeitos passaram a ser também relativizadas, em oposição à antiga concepção de sujeito unificado, característica do racionalismo iluminista, e em complemento à noção de sujeito sociológico, criado na relação entre o eu e a sociedade onde o eu se insere (HALL, 2003).

Com relação a essas duas dimensões (tempo e espaço), Halbwachs (2006) contribui com ambas na compreensão dos “quadros coletivos” da memória, isto é, os instrumentos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado em consonância com os pensamentos dominantes da sociedade.

Para esse autor, em relação ao impacto do tempo, é preciso ter em conta que, por um lado, as pertencas sociais de cada indivíduo condicionam a sua experiência do tempo e, por outro, os momentos-chave do ciclo individual, que são socialmente reconhecidos e partilhados.

A outra coordenada fundamental da vida social é o espaço. Para Halbwachs (2006), o espaço constitui um quadro de referência de tal forma poderoso e persistente que se pode dizer que não existe qualquer memória coletiva que não se desenrole num dado quadro espacial. Assim, o autor sublinha a importância da vinculação dos grupos a um espaço. Os grupos estão ligados naturalmente a um lugar porque é o fato de estarem juntos num dado espaço que permite aos seus membros criar laços sociais. O espaço é o local onde a dimensão subjetiva revela-se de forma mais intensa. O mesmo passa a ser um lugar ligado mais às experiências, ao aspecto afetivo, à necessidade de raízes do que ao sentido geográfico do termo.

O Colégio Pedro II não pode ser percebido apenas como uma posse ou como uma instituição exterior à sociedade que o habita. Ele é uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva com o espaço. De acordo com Bonnemaïson e Cambrezy (1996, p.10), esse espaço é “investido de valores não somente materiais, mas também, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos”.

Diante dessa concepção de uma força simbólica que delimita e atribui valores ao espaço e a vida do indivíduo ou grupo social, o território ocupado pelo Colégio é fundamentalmente um referencial na construção das identidades. Neste sentido, a relação dos homens para com os seus territórios expressa e transcende a “posse” material de uma porção da superfície terrestre. Assim,

a dimensão simbólico-cultural de território permite trabalhar com a identidade cultural, já que ela seria um mecanismo que demarca a diferença, que assume um significado de orgulho em pertencer a um grupo.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional (no sentido do ter) e simbólico (no sentido do ser), pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. Dessa forma, os símbolos que são atribuídos ao Colégio e que estão presentes não só nos uniformes dos alunos, mas, em diversos outros meios, confirmam a vinculação dos grupos sociais a um espaço de pertencimento, ou seja, os símbolos são utilizados como referenciais emblemáticos de representação da memória e afirmação da identidade.

A ideia de construção do Estado Nacional pautou-se, em muitos momentos, na elaboração de imagens representativas de atos gloriosos do passado. Os símbolos nacionais são concebidos de forma a promover uma identificação com a causa nacional. Conforme assinalado por Hall (2006, p.51), as “culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”. A nação é representada por imagens e símbolos, cujas memórias conectam o presente ao passado, construindo a ideia de pertencimento.

Assim, identidade e memória estão intrinsecamente ligadas, constituindo-se mutuamente. Com relação à identidade, a memória é um fator fundamental para sua constituição, em função do sentimento de continuidade e de pertencimento que confere ao indivíduo ou ao grupo. A memória cria identidade para o grupo. Um dos pontos que permite a identificação do sujeito com o grupo é um passado de acontecimentos e experiências em comum, que possa funcionar como elo, que fomenta o sentimento de pertença.

6 O PASSADO NO PRESENTE

Os símbolos são códigos identitários. Fazendo uso de um passado que se quer presente, aí se reeditam práticas coletivas que estão habitualmente concentradas num tempo que passou. O símbolo é então indissociável de uma *simbólica* que nos ajuda a preservar aquilo que a memória por vezes esquece.

O símbolo é o instrumento que decodifica a mensagem de um gesto, de uma figura, de um emblema, de uma insígnia que, por sua vez, serve de instrumento simbólico para representar uma nação, uma instituição, uma corporação, nomes de família, etc. Nesta perspectiva, Carvalho

(1996 *apud* BIBIANI, 2003, p.4) nos diz que: “o símbolo é o meio mais rápido de comunicação e identificação”. Este universo simbólico representou através dos tempos as mais diversas culturas, possibilitando comunicar e perpetuar a sua memória por meio do imaginário.

O símbolo é, portanto, muito mais que um simples signo ou sinal: transmite o significado e depende da interpretação que, por sua vez, depende de certa predisposição. Está carregado de afetividades e de dinamismos. São os símbolos, portanto, que nos identificam como nação, como pessoas que compartilham uma mesma terra e uma mesma língua (BIBIANI, 2003, p.5).

Diante de vários símbolos que perpetuam o passado da instituição, destacamos, como exemplo, o emblema e a bandeira do Colégio Pedro II, símbolos estes que permanecem no presente, formando uma cadeia de pertencimento afetivo que mantém e transmite a memória no grupo-comunidade. Segundo Andrade (1999), a criação do emblema e da bandeira, representados pela esfera armilar circundada por ramos de café e tabaco, foram (re)inventados pela tradição para serem usados como símbolos perenes do passado glorioso.



Ainda segundo Andrade (1999 *apud* MOURA, 1953), a esfera armilar foi a divisa pessoal do Rei de Portugal e Algarves D. Manuel, primeiro a adotar, além do pavilhão real, um símbolo pessoal no trono português, em 1495. No auge da expansão marítima, a bandeira de D. Manuel I era levada pelas naus das Armadas das Índias de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, representando, alegoricamente, a ciência geográfica da época – o céu, a Terra e o domínio científico da astronomia – e, simbolicamente, a autoridade – o império e o domínio, o poder e a soberania – figurando como uma das mais antigas tradições heráldicas do Brasil.

A bandeira do Império, criada logo depois da Independência, conservou a tradicional esfera armilar e introduziu a Cruz de Cristo, o anel de estrelas, os ramos de café e tabaco e a coroa imperial.



A esfera armilar, após ter sido exclusiva de D. Manuel, fez parte da bandeira do Principado do Brasil, vindo a integrar, com D. João VI, a bandeira do Reino Unido e figurar em cor azul na coroa dos dois imperadores do Brasil. A Cruz da Ordem de Cristo tornou-se um símbolo quase oficial da nação portuguesa, tendo sua representação, na bandeira nacional, o significado da emancipação pacífica do Brasil e a opção pela monarquia, com a união das províncias. A combinação verde-amarelo representou, politicamente, a adoção das cores da Casa de Bragança (verde, azul e branco de D. Pedro I) e da Casa de Habsburgo – Lorena (amarelo ouro de D. Maria Leopoldina).

A bandeira do Colégio Pedro II, segundo Andrade (1999, p.103) é “uma simplificação da bandeira de D. Manuel I e da bandeira Imperial, tradição inventada sem registro legal de criação, símbolo que integra o Colégio ao Estado e a Nação, ainda que uma nação pensada nos padrões imperiais, mas mesclada, cada vez mais, pelos elementos circunstanciais republicanos”.

Refletindo a respeito dos significados de cada componente presente na bandeira, podemos considerar que a esfera armilar branca personifica a nação, que já não é tão branca; envolvida por ramos verdes de café e tabaco, que significavam a riqueza da terra, os mesmos podem ser considerados estereótipos da educação, vista como uma riqueza, um bem cultural que deve ser preservado e perpetuado para todas as gerações; o fundo azul-céu, cor-imagem nacional da monarquia, onde se insere a origem da escola oficial do Estado. O bicromo verde-amarelo não era bem visto por um número considerável de artistas e intelectuais durante a monarquia, pela conotação vulgar das vestes dos bobos das cortes desde a Idade Média, vindo, supostamente daí, a opção pelo azul absoluto, cor esta sempre associada à monarquia.

7 A CATEGORIA DOCUMENTO

Le Goff (1984), em um dos clássicos dos estudos historiográficos, Documento/Monumento, lembra aos que produzirão trabalho histórico ou utilizar-se-ão da história como método de pesquisa de algum outro objeto, que é indispensável o documento,

porém, é preciso diferenciar o documento do monumento. O primeiro é “o resquício acidental do passado, que o tempo esqueceu-se de corroer por completo, que ninguém possuía a intenção de guardá-lo como objeto de memória, porém, contingencialmente ele sobreviveu”. Teoricamente, pode-se dizer que Le Goff via no documento uma fonte mais provável de verdade, pois este fazia parte da natureza das coisas que existiram, e não de um construto da memória. Já o monumento, liga-se “à tentativa voluntária das sociedades históricas de perpetuar-se”, quando criam algo para serem lembradas como tais. As pirâmides não são acidentais no presente, mas, antes, foram construções de um povo que queria ser lembrado como grande, criando para tanto uma obra memorial, isto é, com a finalidade de memória. O monumento, de certa forma, liga-se ao poder.

Le Goff (2003) afirma que:

O documento é monumento. Resulta das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (...). Todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, porque um monumento é em primeiro lugar, uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta roupagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos – monumentos. (p.538)

A produção de uma história institucional, como a do Colégio Pedro II, desde a sua origem oitocentista, o registro de todos os eventos comemorativos do seu centenário, os discursos alusivos, as recordações dos bacharéis, bem como as notícias dos jornais de todo o país, referentes à programação, foram preservados por um corpo documental especialmente elaborado para se constituir como um legado da memória coletiva.

É a partir dos vestígios preservados pelo tempo que a história do Colégio Pedro II é construída/reconstruída. O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu e também das épocas sucessivas durante as quais continuou a existir. O documento é monumento, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria. O que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder. Atualmente, a história transforma os documentos em monumentos e apresenta uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, ser colocados em relação, constituídos em conjunto. O novo documento alargado, transformado deve ser tratado como um documento-monumento, segundo Le Goff (2003) .

O que se guarda e armazena é o que se quer lembrar, pois o não mais visto tende ao esquecimento. Nestor Canclini (1998) aponta para essa necessidade de criar mitos e monumentos de preservação do passado como marcos fundamentais de construção de identidades, incluindo

nesse processo os documentos escritos. A escrita, como aponta Goody (1977 *apud* LE GOFF, 2003), tem duas funções principais: “uma é o armazenamento de informações, que permite comunicar através do tempo e do espaço, e fornece ao homem um processo de marcação, memorização e registro”; a outra, “ao assegurar a passagem da esfera auditiva à visual, permite reexaminar, reordenar, retificar frases e até palavras isoladas” (p.429). Não é possível ancorar as representações do passado somente em relatos orais; é preciso a marca da autenticidade para legitimar tais sentidos. Por isso, a intensa preocupação em erguer e preservar os “lugares de memória”.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Colégio Pedro II, por diversas razões, tem uma história institucional marcada pelo caráter *nacional*, detentora de referenciais que o ligavam ao restante do país. Fundado na cidade-capital, o Rio de Janeiro, que na historicidade dos seus referenciais primários *espaço e tempo*, consolidou-se como sede do governo central desde os tempos coloniais, continuou, na formação do Império, como lugar privilegiado em sua dimensão *social*. O elemento simbólico de sua localização - a Corte - era reforçado com o nome escolhido, o do Imperador. Por sua vez, o próprio D. Pedro II ajudou a fortalecer o caráter *imperial* do Colégio – termo que em geral precedia a referência ao estabelecimento - estreitando sua ligação com o regime, ao prestigiar com sua presença e apoio as atividades do Colégio. Além disso, a política empreendida pelas autoridades imperiais, em coerência com o discurso do ministro fundador, Bernardo Pereira de Vasconcelos, que justificara a iniciativa pela necessidade de um modelo de instrução secundária, a ser seguido pelos demais estabelecimentos, alimentou a centralidade exercida pelo Colégio nesse tipo de ensino.

O Colégio Pedro II se transformou, ao longo de sua história, em referência nacional para a educação brasileira. Em lugar das reminiscências individuais foi construída uma memória coletiva que emergiu da história do Colégio. Nestes termos, diversas práticas e representações sedimentaram no tempo a imagem idealizada do Imperial Colégio, num processo de apropriação de sua identidade. Os símbolos trouxeram para o presente seu estatuto e sua posição histórica.

Um conjunto de práticas institucionalizadas, “que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo” (CHARTIER,1990, p.23 *apud*

ANDRADE, 1999, p.98) perpetuam, de forma visível, a imagem de um Colégio de qualidade, conferindo-lhe reconhecimento público.

Refletimos, teoricamente, acerca de três categorias distintas (memória, identidade e documento) e vimos como alguns símbolos criados pelo Colégio Pedro II (tais como o emblema e a bandeira) contribuíram para a formação de uma memória coletiva, onde essa memória está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, enraizada no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. Além disso, vimos como essas três categorias continuam presentes no Colégio Pedro II, seja através de um conjunto de práticas e representações, seja através da geração de documentos-monumentos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Maria Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 157 p. (Tese defendida junto ao Programa de Pós Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais).

BIBIANI, Regina Elísia de M. L. **Imagens e Símbolos da Guerra do Paraguai: uma estratégia de construção da memória e do Exército e da memória nacional**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2003. 205 p. (Dissertação defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Memória Social).

BONNEMAISON, Joel; CAMBREZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identités**. Géographies et Culturas. Paris: L'Harmattan-CNRS, 1996, n. 20.

CANCLINI, Nestor. **Culturas Híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.

COLÉGIO Pedro II. **Projeto Político Pedagógico**: Brasília, DF: Inep/MEC, 2002. 400 p.

DÓRIA, Escragnolle. **Memória Histórica do Colégio de Pedro II: 1837-1937**. Brasília, DF: INEP, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam?** São Paulo: Edusp, 1998. 288 p.

ENNE, Ana Lucia S. **Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional**. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, Rio Grande do Sul, v.6, n.2, p.102-116, jul./dez. 2004.

FREITAS, M. E. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. 398 p.

GONDAR, Jô. **Quatro proposições sobre memória social**. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p.11-26.

GRINGS, Luciana. **Construções Identitárias em narrativas de descendentes de imigrantes: genealogia e memória.** Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007. (Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003. p.525 -539.

_____. Memória. In: _____. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2003. p. 419 -476.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História. v.10, 1993.

SOARES, Rosângela. A simbólica da Biblioteconomia Brasileira. **Revista CRB-7,** Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p.12-22, dez. 2005.